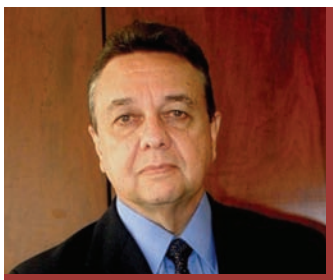


## Diário de bordo

## Ótimas intenções



Roberto Rodrigues\*

**R**ECENTEMENTE DEZENAS de chefes de Estado de todo o mundo se reuniram em Roma na Cúpula Mundial de Segurança Alimentar, para discutir medidas para nutrir uma população que deverá ultrapassar 9 bilhões em 2050. A FAO estima que a produção agrícola deverá crescer cerca de 70%.

Os líderes mundiais assumiram posições discursivas do tipo “concordamos com todas as ações necessárias nos âmbitos nacional, regional e global para travar de imediato – e reduzir significativamente – o número de pessoas que sofrem de fome, desnutrição e segurança alimentar”. E mais: “comprometemo-nos a tomar medidas no sentido de erradicar a fome de forma sustentável o mais rapidamente possível”. E apelam para a “abertura de mercados, que é um elemento essencial”...

A ênfase é dada, com acerto, aos “pequenos agricultores em países em desenvolvimento e para as populações mais vulneráveis”.

Para uma estratégia que reduza até 2025 à metade o número atual de pessoas que sofrem de fome, os governantes reiteraram seus compromissos com os Cinco Princípios para o Desenvolvimento Global de Segurança Alimentar definidos no ano de seu jubileu pela própria FAO, e que são:

Princípio 1: investir em países que já têm planos e programas nessa área, visan-

do à canalização de recursos para programas e parcerias baseados em resultados.

Princípio 2: fomentar a coordenação estratégica, no âmbito nacional, regional e global de melhorar a governança, promover melhor alocação de recursos, e identificar onde estão os problemas.

Princípio 3: lutar por uma dupla abordagem para a segurança alimentar, que consiste em: 1) ação direta e imediata para atacar a fome dos mais vulneráveis e 2) sustentabilidade agrícola a médio e longo prazos, programas para segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento rural para eliminar as causas da fome e da pobreza, incluindo a realização do direito à alimentação adequada.

Princípio 4: assegurar um forte papel ao sistema multilateral de melhorias sustentadas na eficiência, agilidade, coordenação e eficácia das instituições multilaterais.

Princípio 5: assegurar o comprometimento substancial de todos os parceiros para investimento em agricultura, segurança alimentar e nutrição, com provisão de recursos necessários de forma oportuna e confiável, destinados a planos e programas de vários anos.

Trata-se, de fato, de um formidável aparato de boa vontade que incorpora o desejo dos países trabalhar coordenadamente entre si e com as organizações globais que já se empenham no combate à fome.

Mas não há nenhuma garantia de que essas intenções se materializarão. Para acontecer de fato, os governos precisam tomar medidas concretas, para além dos discursos, seja para aumentar a produção rural – e isto só com renda para os agricultores –, seja para garantir o acesso dos consumidores aos alimentos – o que se faz com investimentos que gerem empregos sustentáveis.

Sem isto, tudo o mais não passa de boas intenções... ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Logística limita o agro



Cesário Ramalho da Silva\*

**A**DEFICIENTE infraestrutura logística é um dos maiores obstáculos para que o Brasil se torne celeiro mundial na produção de alimentos. Mais do que aumentar o volume das safras, o desafio premente é encontrar modelos de distribuição compatíveis com os custos do produtor e o bolso do consumidor. Ao longo dos anos, o agronegócio brasileiro se interiorizou ainda mais, com a transformação de áreas impróprias ao cultivo em solos férteis.

Todavia, escoar a produção de regiões, como o Cerrado, por exemplo, para os portos é um processo, que a cada dia torna-se mais complicado financeiramente. O que falar então da Amazônia? Além da questão ambiental, produzir na região não é viável economicamente, justamente pela distância e as péssimas condições de transporte.

A falta de armazéns é outro grave problema. Sem ter onde guardar a produção, o produtor é obrigado a vendê-la assim que colhe, ficando sujeito à tendência baixista dos preços nos períodos pós-colheita. Quem segura a produção sem ter onde estocá-la corre o risco da deterioração da qualidade do produto pelas más condições de armazenagem. Ou seja, o prejuízo é certo.

A realidade é que a ausência de infraestrutura tolhe a chance do produtor elaborar um planejamento de produção